

Termos e Condições Gerais (Termos de Utilização)

para a rede global de artistas «ashoka ritual»

8 de agosto de 2026

Os presentes Termos regulam a utilização da rede global de artistas «ashoka ritual», incluindo os respetivos websites, aplicações, funcionalidades de comunidade e serviços operados pela artist ritual GmbH. A rede é concebida como uma rede cultural privada, transnacional e independente dos Estados. Esta declaração descreve a sua orientação privada; não coloca a rede, o prestador ou os utilizadores fora da legislação aplicável.

1. Prestador, parte contratante e contacto

1.1 O prestador e parte contratante é a artist ritual GmbH, Hofrichterstrasse 32, 51067 Colónia, Alemanha, registada em Colónia (HRB 92145), número de IVA DE301501077 («artist ritual», «nós»). Contacto: mail@artist-ritual.com.

1.2 Estes Termos aplicam-se ao registo, contas de utilizador, perfis, carregamentos, conteúdos públicos e não públicos, mensagens, funcionalidades de comunidade e colaboração e quaisquer serviços adicionais pagos de ashoka ritual.

1.3 Aplicam-se adicionalmente descrições de produtos, regras da comunidade, aviso de privacidade e a Government Requests Policy. Se um serviço específico tiver termos especiais, estes prevalecem para esse serviço. A lei imperativa prevalece sempre.

2. Âmbito internacional e lei local imperativa

2.1 Estes Termos destinam-se a utilização internacional. É escolhida a lei alemã nos termos da secção 24, mas os utilizadores não perdem direitos imperativos em matéria de consumo, proteção de dados, direitos de autor, personalidade, trabalho ou outros direitos que não possam ser validamente renunciados no país da sua residência habitual ou noutra jurisdição obrigatoriamente aplicável.

2.2 Nenhum texto contratual único pode prevalecer sobre a legislação soberana de todos os países. Quando a lei local exigir localização de dados, acesso estatal rotineiro ou desproporcionado, sistemas de identidade, interfaces de vigilância, controlos de conteúdos ou outras medidas materialmente incompatíveis com os princípios de independência e proteção de dados de ashoka ritual, poderemos, na medida legalmente permitida, recusar registos, restringir funcionalidades, aplicar restrições geográficas ou descontinuar o serviço nessa jurisdição em vez de criar voluntariamente esses acessos.

2.3 Os utilizadores são responsáveis por observar as leis aplicáveis à sua própria conduta e conteúdo. Não assumimos a obrigação de disponibilizar legalmente todas as funcionalidades em todos os países.

3. Elegibilidade, idade e criação de conta

3.1 O serviço destina-se principalmente a artistas, profissionais criativos, agentes culturais e pessoas que participam na arte e na cultura. Podem registar-se pessoas singulares com 18 anos ou mais. Menores de 18 anos apenas poderão utilizar o serviço se e quando disponibilizarmos expressamente uma conta para menores e tiver sido obtido o consentimento legalmente exigido de um progenitor ou representante legal. O serviço não é dirigido a crianças.

3.2 Os utilizadores devem fornecer informações exatas quando solicitadas, manter os dados da conta razoavelmente atualizados e proteger palavras-passe, códigos de recuperação e dispositivos. As contas não podem ser vendidas, transferidas ou partilhadas de forma a comprometer a segurança.

3.3 Salvo aprovação expressa nossa, cada pessoa singular poderá manter apenas uma conta pessoal. Coletivos de artistas e organizações privadas poderão receber contas organizacionais se essa funcionalidade for disponibilizada.

4. Exclusão de instituições estatais e de utilização estatal oficial

4.1 As instituições estatais não são elegíveis para se registar ou utilizar ashoka ritual como participantes, titulares de contas, destinatários de dados, parceiros de investigação ou observadores institucionais. «Instituições estatais» inclui governos, ministérios, autoridades públicas, forças policiais, serviços de informações e segurança, forças armadas, tribunais e serviços do Ministério Público, empresas ou órgãos de comunicação controlados pelo Estado ou predominantemente financiados pelo Estado e instituições públicas que atuem como braço governamental, incluindo os seus agentes e prestadores quando atuem para fins governamentais.

4.2 Trabalhadores de instituições estatais podem utilizar ashoka ritual apenas em capacidade genuinamente privada, sem utilizar cargo, autoridade, recursos ou mandato e sem recolher informação para fins oficiais, governamentais, de informações, policiais, regulatórios, militares, políticos ou de administração pública.

4.3 Os utilizadores declaram que não acedem nem utilizam o serviço em nome de uma instituição estatal. Evasão, acesso oficial oculto, utilização de intermediários ou recolha para uma instituição estatal constituem incumprimento grave e podem resultar em suspensão ou cessação imediata.

4.4 Esta exclusão contratual não pode impedir uma autoridade pública de visualizar informação que um utilizador tenha deliberadamente tornado acessível na Internet aberta, nem pode invalidar um poder legal vinculativo de uma autoridade competente. Os pedidos de informação não pública regem-se pela secção 12 e pela Government Requests Policy.

5. Natureza e finalidade da rede

5.1 ashoka ritual permite aos utilizadores apresentar obras artísticas, estabelecer contactos, comunicar, colaborar, descobrir projetos culturais e publicar contributos. Não prometemos alcance, rendimento, vendas, encomendas, audiência, ligações ou resultados artísticos específicos.

5.2 ashoka ritual não é um serviço governamental, registo público, plataforma política, serviço de sondagens ou programa afiliado ao Estado. Não se destina a exercer funções soberanas, policiais, de informações, eleitorais, de propaganda ou de opinião pública.

5.3 Salvo indicação expressa, não somos parte, agente, galeria, empregador, intermediário ou fiduciário em contratos ou acordos celebrados pelos utilizadores entre si ou com terceiros.

6. Conteúdo do utilizador e titularidade

6.1 Os utilizadores mantêm a titularidade e outros direitos sobre os conteúdos que fornecem, sem prejuízo de direitos de terceiros e da lei aplicável.

6.2 Ao carregar ou publicar conteúdo, o utilizador concede à artist ritual uma licença não exclusiva, mundial e gratuita, limitada à duração e às finalidades do serviço, para alojar, armazenar, reproduzir, adaptar tecnicamente, transcodificar, colocar em cache, transmitir e disponibilizar esse conteúdo de acordo com as definições do utilizador. Esta licença apenas pode ser sublicenciada a subcontratantes, prestadores de alojamento, entrega e serviços técnicos na medida necessária para operar o serviço.

6.3 A licença não nos permite vender conteúdo de utilizador, utilizá-lo em publicidade externa, treinar com ele modelos de IA generativa de uso geral, licenciá-lo para investigação de opinião ou fornecê-lo a instituições estatais, salvo se o utilizador tiver dado separada e expressamente consentimento para um uso específico ou a divulgação for legalmente obrigatória.

6.4 Quando o conteúdo é eliminado ou uma conta encerrada, a licença termina, exceto relativamente a cópias de segurança tecnicamente necessárias por período limitado, provas necessárias para estabelecer ou defender pretensões legais, obrigações legais de conservação e cópias retidas independentemente por outros utilizadores quando a lei o permita. Não utilizaremos cópias retidas para novas finalidades comerciais.

7. Direitos necessários e respeito por terceiros

7.1 Os utilizadores só podem carregar conteúdo se dispuserem dos necessários direitos ou autorizações de autor, marca, personalidade, privacidade, imagem/publicidade, execução e outros direitos.

7.2 O conteúdo não pode revelar ilicitamente informações privadas, imagens íntimas, informações confidenciais ou segredos comerciais de outra pessoa. Os utilizadores devem obter autorizações quando necessário.

7.3 Reclamações relativas a direitos de autor, personalidade ou outros direitos podem ser enviadas para mail@artist-ritual.com, com identificação suficiente da obra ou direito protegido, do conteúdo afetado e da base jurídica da reclamação.

8. Conteúdo e conduta proibidos

8.1 Os utilizadores não podem utilizar o serviço para ameaças ilícitas, assédio, perseguição, fraude, exploração, material íntimo não consensual, material de abuso sexual infantil, discriminação ilícita, incitamento à violência, usurpação maliciosa de identidade, malware, roubo de credenciais, spam ou venda/facilitação de bens ou serviços ilícitos.

8.2 Os utilizadores não podem interferir com a segurança ou operação, contornar controlos de acesso, testar sistemas sem autorização, sobrecarregar infraestruturas, distribuir código malicioso ou recolher sistematicamente credenciais ou dados não públicos.

8.3 O tratamento artístico, documental, jornalístico ou crítico de temas difíceis não é proibido apenas porque represente condutas ilícitas ou perturbadoras; serão considerados a legalidade, contexto, finalidade, direitos das pessoas afetadas e riscos de segurança.

9. Exclusão absoluta de investigação estatal e privada de opinião

9.1 Dados e conteúdos dos utilizadores não podem ser recolhidos, licenciados, vendidos, analisados ou de outra forma utilizados através de ashoka ritual para investigação governamental ou privada de opinião pública, análise de sentimento político, análises eleitorais ou de campanha, medição de propaganda, classificação ideológica, pontuação de controlo social, perfil psicométrico, modelação de influência populacional ou investigação comparável sobre opiniões políticas, sociais, religiosas ou culturais.

9.2 Esta proibição aplica-se à artist ritual, utilizadores, clientes, prestadores, anunciantes, investigadores e outros terceiros. Aplica-se igualmente a conjuntos de dados designados «de investigação» se deles puderem razoavelmente ser traçados perfis ou inferências sobre indivíduos, grupos, comunidades ou cenas culturais.

9.3 As análises operacionais permitidas limitam-se a segurança, fiabilidade, prevenção da fraude, faturação, apoio e melhoria do produto e devem, sempre que razoavelmente possível, utilizar informação agregada ou desidentificada que não seja usada para inferir opiniões políticas, ideológicas ou comparáveis.

10. Scraping, reconhecimento facial, corretores de dados e treino de IA

10.1 Acesso automatizado, scraping, crawling, recolha em massa ou replicação de dados de utilizadores são proibidos salvo autorização expressa por escrito ou habilitação técnica por interface documentada para a finalidade declarada.

10.2 Os dados dos utilizadores não podem ser usados para criar ou enriquecer dossiers de corretores de dados, sistemas de reconhecimento facial ou identificação biométrica, listas de vigilância, grafos sociais para fins governamentais ou políticos, nem conjuntos de dados para treinar IA de uso geral ou modelos fundacionais sem autorização separada e expressa dos titulares de direitos afetados e, quando aplicável, dos titulares dos dados.

10.3 A indexação por motores de busca de conteúdos que os utilizadores tornem intencionalmente públicos pode ocorrer quando tecnicamente habilitada. Os utilizadores não devem publicar informações se necessitarem que permaneçam não públicas.

11. Moderação, notificações e recursos

11.1 Podemos restringir visibilidade, remover conteúdo, limitar funcionalidades, suspender monetização, suspender contas ou encerrá-las quando razoavelmente necessário para aplicar estes Termos, proteger utilizadores ou sistemas, cumprir a lei ou responder a uma notificação suficientemente fundamentada.

11.2 A moderação pode utilizar revisão humana e sinais automatizados para spam, malware, abuso duplicado, segurança ou triagem de políticas. Quando legalmente exigido, decisões significativas estarão sujeitas a supervisão humana e não serão tomadas exclusivamente por meios automatizados.

11.3 Disponibilizamos um mecanismo eletrónico de notificação de conteúdo alegadamente ilegal. As notificações devem identificar o conteúdo específico, explicar a alegada ilegalidade e fornecer contacto e informação de suporte suficientes. Processamo-las de forma atempada, diligente, objetiva e não arbitrária.

11.4 Quando o Regulamento dos Serviços Digitais (DSA) for aplicável, os utilizadores afetados recebem fundamentação clara das restrições abrangidas e informação sobre vias de recurso. Quando legalmente exigido para uma plataforma em linha, é disponibilizado gratuitamente um sistema interno eletrónico de reclamações por pelo menos seis meses após a decisão, sem prejuízo de resolução extrajudicial certificada ou vias judiciais.

11.5 Podemos atuar imediatamente sem aviso prévio quando o atraso criaria risco de segurança, facilitaria abuso grave, violaria a lei ou frustraria uma ordem vinculativa. Quando lícito e apropriado, os motivos são comunicados posteriormente.

12. Independência estatal, ausência de cooperação estatal voluntária e máxima resistência jurídica

12.1 A artist ritual não coopera voluntariamente com instituições estatais para identificar utilizadores, analisar perfis, monitorizar comunidades artísticas, mapear relações sociais, avaliar opiniões ou disponibilizar bases de dados de utilizadores para fins governamentais.

12.2 Não participamos voluntariamente em programas governamentais de partilha de dados, parcerias de informações, programas de vigilância estatal, projetos de influência política ou acordos semelhantes envolvendo dados de utilizadores. Não fornecemos interfaces governamentais especiais, acesso permanente, backdoors ou ferramentas de pesquisa preferenciais.

12.3 Qualquer divulgação legalmente obrigatória é tratada como cumprimento imposto e não colaboração voluntária. Examinamos pedidos quanto a autoridade legal, jurisdição, autenticidade, especificidade, necessidade e proporcionalidade; rejeitamos ou restringimos pedidos defeituosos ou excessivos; divulgamos apenas a informação mínima legalmente exigida e sob nosso controlo; e contestamos pedidos quando exista fundamento jurídico razoável.

12.4 Quando legalmente permitido, notificamos os utilizadores afetados antes da divulgação ou logo que cesse uma proibição de notificação. Os detalhes constam da Government Requests Policy, incorporada nestes Termos como compromisso contratual de privacidade na medida em que conceda proteção aos utilizadores.

12.5 Nada nestes Termos nos obriga a resistir a uma obrigação legal final, vinculativa e executória quando já não exista oposição lícita disponível. Obrigações imperativas, incluindo notificações legalmente exigidas relativas a ameaças graves à vida ou segurança, permanecem inalteradas.

13. Privacidade, confidencialidade e minimização de dados

13.1 Os dados pessoais são tratados ao abrigo do aviso de privacidade aplicável e da legislação de proteção de dados. Seguimos princípios de limitação de finalidade, minimização, limitação da conservação, segurança e privacidade desde a conceção.

13.2 Conteúdo não público, incluindo mensagens diretas quando disponibilizadas, é tratado como confidencial. O acesso pelo pessoal é limitado ao razoavelmente necessário para apoio, segurança, prevenção de abusos, conformidade legal e operação, sujeito a controlos de acesso baseados em função e deveres de confidencialidade.

13.3 Não vendemos nem alugamos dados pessoais ou conteúdo de utilizadores. Transferências internacionais só são realizadas sob mecanismo jurídico aplicável e com salvaguardas adequadas ao risco e destino.

13.4 Procuramos conservar dados de conta e atividade apenas enquanto necessários às finalidades declaradas, segurança, resolução de litígios e obrigações legais. O aviso de privacidade pode indicar prazos mais específicos.

14. Segurança e salvaguardas técnicas

14.1 Utilizamos medidas técnicas e organizativas razoáveis e adequadas ao serviço e ao risco. Nenhum serviço em linha pode garantir segurança absoluta ou disponibilidade permanente.

14.2 Não enfraqueceremos deliberadamente a segurança, construiremos uma backdoor de acesso ou criaremos mecanismo estatal de depósito de chaves para permitir acesso governamental. Isto não significa que todas as categorias de dados estejam cifradas ponta a ponta ou sejam tecnicamente inacessíveis para nós; a arquitetura efetiva de segurança só é descrita quando exata e apropriada.

14.3 Os utilizadores devem adotar medidas razoáveis de segurança e notificar-nos prontamente de suspeita de comprometimento da conta.

15. Disponibilidade, alterações e manutenção

15.1 Procuramos disponibilidade fiável, mas não garantimos operação ininterrupta ou sem erros. Manutenção, incidentes de segurança, interrupções de terceiros, restrições legais e força maior podem causar interrupções.

15.2 Podemos desenvolver, alterar ou descontinuar funcionalidades por razões legítimas, incluindo segurança, lei, evolução técnica, necessidades dos utilizadores ou viabilidade económica. Direitos imperativos relativos a serviços digitais permanecem inalterados. Quando uma alteração afetar material e negativamente um serviço digital continuado ao consumidor, forneceremos o aviso e direitos de cessação exigidos pela lei aplicável.

16. Serviços pagos, preços e direitos dos consumidores

16.1 Se forem oferecidos serviços pagos, preço, período de faturação, impostos, âmbito, termos de renovação e métodos de pagamento são apresentados antes da compra. O pagamento pode ser processado por prestador externo ao abrigo dos respetivos termos e aviso de privacidade.

16.2 Direitos imperativos dos consumidores, incluindo conformidade, meios de reparação, atualizações, cancelamento ou livre resolução e regras de renovação, permanecem inalterados. Para consumidores UE/EEE, qualquer informação legal sobre livre resolução exigida para serviço pago específico será apresentada no checkout ou em suporte duradouro. Se for solicitada execução imediata durante um período de livre resolução, obteremos o consentimento ou reconhecimento exigidos pela lei.

16.3 Salvo indicação em contrário, a rede central gratuita não exige taxa. O fornecimento de dados pessoais não implica renúncia a direitos legais aplicáveis a serviços digitais fornecidos em troca de dados pessoais.

17. Cessação pelo utilizador, eliminação da conta e exportação de dados

17.1 Os utilizadores podem terminar o acordo de utilização a qualquer momento eliminando a conta ou usando outro canal de cessação disponibilizado por nós. Subscrições pagas permanecem sujeitas a regras de período de faturação claramente divulgadas e a direitos imperativos de cancelamento.

17.2 Antes da eliminação, os utilizadores devem exportar o conteúdo de que necessitem quando exista função de exportação. Após a eliminação, a restauração pode não ser possível.

18. Suspensão e cessação pela artist ritual

18.1 Podemos restringir ou suspender temporariamente uma conta por suspeitas de violação, riscos de segurança ou revisão pendente. Podemos encerrá-la por violação grave ou repetida, conduta ilícita, abuso, evasão da exclusão de instituições estatais, risco grave de segurança ou falta de pagamento de serviços pagos.

18.2 Salvo quando a ação imediata seja justificada, utilizamos medidas proporcionais considerando gravidade, frequência, intenção, impacto e avisos anteriores. Direitos imperativos de notificação, fundamentação e recurso permanecem inalterados.

19. Serviços e ligações de terceiros

19.1 O serviço pode conter ligações, conteúdos incorporados ou integrações de terceiros. Não controlamos serviços de terceiros e não somos responsáveis pela respetiva disponibilidade, conteúdo ou tratamento independente de dados, salvo disposição legal em contrário.

19.2 Os utilizadores devem rever os termos e informações de privacidade de terceiros antes de os utilizar.

20. Propriedade intelectual da plataforma

20.1 Software, design, marcas, bases de dados, conteúdo editorial e outros materiais da plataforma fornecidos pela artist ritual ou seus licenciados estão protegidos por direitos de propriedade intelectual. Nenhum direito é concedido além do direito limitado de utilizar o serviço de acordo com estes Termos.

20.2 «ashoka ritual» e a identidade associada não podem ser usados de modo a sugerir falsamente aprovação, parceria ou estatuto oficial.

21. Responsabilidade

21.1 A artist ritual responde sem limitação por dolo e negligência grave, danos à vida, corpo ou saúde, defeitos fraudulentamente ocultados, garantias expressamente assumidas e responsabilidade que legalmente não possa ser excluída, incluindo regras imperativas de responsabilidade por produtos quando aplicáveis.

21.2 Por negligência leve, quando a lei alemã se aplique, respondemos apenas pela violação de obrigação contratual essencial e apenas pelo dano típico e previsível. São essenciais as obrigações cujo cumprimento permite a execução adequada do contrato e em cuja observância o utilizador normalmente pode confiar.

21.3 Na medida permitida por lei, não somos responsáveis por conteúdo dos utilizadores, atos independentes dos utilizadores, serviços externos, resultados artísticos ou comerciais ou perdas causadas por circunstâncias fora do nosso controlo razoável. Nada exclui direitos irrenunciáveis dos consumidores ou responsabilidade que a lei aplicável proíba limitar.

22. Indemnização por violações culposas do utilizador

22.1 Na medida permitida por lei, um utilizador que viole culposamente estes Termos ou direitos de terceiros deve reembolsar a artist ritual por perdas razoáveis e custos necessários de defesa jurídica decorrentes de reclamações justificadas de terceiros atribuíveis à violação.

22.2 Isto não se aplica quando o utilizador não seja responsável pela violação ou quando a lei imperativa do consumidor proíba ou limite tal indemnização.

23. Comunicações e notificações eletrónicas

23.1 Notificações contratuais e juridicamente relevantes podem ser enviadas por e-mail, mensagem no produto ou outro método eletrónico duradouro quando legalmente permitido. Os utilizadores devem manter os dados de contacto razoavelmente atualizados.

23.2 A notificação formal de atos governamentais ou judiciais deve seguir a Government Requests Policy e a lei aplicável; canais normais de apoio não constituem consentimento à jurisdição nem renúncia a requisitos formais de notificação.

24. Lei aplicável e foro

24.1 Aplica-se a lei alemã, excluindo a Convenção das Nações Unidas sobre Contratos de Compra e Venda Internacional de Mercadorias, na medida em que seja permitida a escolha de lei.

24.2 Se o utilizador for consumidor, esta escolha não o priva da proteção das disposições imperativas da lei que se aplicaria na ausência da escolha, incluindo, quando aplicável, a lei da sua residência habitual.

24.3 Para comerciantes, pessoas coletivas de direito público e patrimónios especiais de direito público, o foro exclusivo é Colónia, Alemanha, na medida legalmente permitida. Os foros de consumidores regem-se por lei imperativa.

25. Resolução de litígios e mecanismos de recurso da plataforma

25.1 Preferimos resolver litígios diretamente através do apoio. Não somos obrigados a participar em procedimento de conciliação de consumidores salvo quando a lei imperativa o exija ou aceitemos expressamente.

25.2 A antiga plataforma da UE de Resolução de Litígios em Linha foi descontinuada e não é indicada como canal de resolução.

25.3 Quando o DSA se aplicar, permanecem inalterados os direitos ao mecanismo interno de reclamação, resolução extrajudicial certificada e revisão judicial.

26. Alterações a estes Termos

26.1 Podemos alterar estes Termos por razões legítimas, tais como mudanças na lei, segurança, funcionalidades do serviço, modelo de negócio ou clarificação de disposições. As alterações não privarão retroativamente os utilizadores de direitos adquiridos.

26.2 Daremos aviso prévio razoável de alterações materiais quando exigido. Se o consentimento for legalmente necessário, solicitá-lo-emos. Se uma alteração material não for aceitável, o utilizador pode terminar antes da sua entrada em vigor, sujeito à lei imperativa.

27. Versões linguísticas, separabilidade e não renúncia

27.1 Podemos fornecer estes Termos em várias línguas. As versões destinam-se a ter o mesmo significado substancial. Nenhuma versão pretende reduzir direitos imperativos. Em caso de diferenças, deverão ser interpretadas preservando, na máxima medida lícita, os compromissos de proteção dos utilizadores e independência estatal; quando a lei exigir língua ou interpretação específica, essa lei prevalece.

27.2 Se uma disposição for inválida ou inexecutável, as restantes permanecem eficazes na medida permitida por lei. Uma disposição inválida não será automaticamente substituída por outra que amplie injustamente as obrigações do utilizador; a lei aplicável determina o resultado apropriado.

27.3 A falta de aplicação de uma disposição num caso não constitui renúncia geral.

28. Contacto

artist ritual GmbH

Hofrichterstrasse 32

51067 Colónia

Alemanha

E-mail: mail@artist-ritual.com

Para pedidos governamentais ou policiais, utilize o mesmo endereço de e-mail com o assunto «Government Request» e cumpra a Government Requests Policy.